

NOTAS SOBRE O ARGUMENTO ONTOLÓGICO NAS MEDITAÇÕES METAFÍSICAS DE DESCARTES

NOTES ON THE ONTOLOGICAL ARGUMENT IN DESCARTES METAPHYSICAL MEDITATIONS

Luis Fernando Biasoli¹

RESUMO

A Quinta das Meditações Metafísicas desafia, ainda hoje, seus intérpretes, dado que nesta parte de sua obra-prima, Descartes discute as implicações do conhecimento das essências dentro de seu projeto fundacionista do conhecimento em bases metafísicas. O objetivo de nosso trabalho é mostrar algumas tensões dentro do argumento cartesiano, sobremaneira, as originadas pela apresentação de uma nova prova da existência de Deus - o argumento ontológico, que teve grandes defensores, *mutatis mutandis* - na história da filosofia: São Boaventura, Duns Scott, Descartes, Leibniz e Hegel. Através do método de revisão bibliográfica, dialogar-se-á com alguns dos principais comentaristas que abordaram esta temática, mostrando que o argumento cartesiano pode ter limitações, contudo as objeções advindas de matrizes tomistas, como as de Caterus, ou da filosofia transcendental como a de Kant demonstram mais uma incompreensão do novo conceito de existência, enquanto ideia, do que uma verdadeira crítica ao argumento ontológico de Descartes.

Palavras-chaves: Deus, Argumento Ontológico, Essência, Existência, Verdade.

ABSTRACT

The Fifth Metaphysical Meditations still challenges its interpreters today, since in this part of his masterpiece, Descartes discusses the implications of the knowledge of essences within his foundational project of knowledge on metaphysical bases. The aim of our work is to show some tensions within the Cartesian argument, especially those originated by the presentation of a new proof of the existence of God - the ontological argument, which had great advocates, mutatis mutandis - in the history of philosophy: St. Bonaventure, Duns Scott, Descartes, Leibniz and Hegel. Through the method of literature review, we will dialogue with some of the main commentators who have addressed this issue, showing that the Cartesian argument may have limitations, however, the objections arising from Thomistic matrices, such as those of Caterus, or transcendental philosophy, such as Kant's, demonstrate more a misunderstanding of the new concept of existence, as an idea, than a real criticism of Descartes' ontological argument

Keywords: God, Ontological argument, Essence, Existence, Truth.

¹ Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professor de Filosofia e Educação da Universidade de Caxias do Sul (CEFE/UCS). E-mail: luisbiasoli@hotmail.com

DEUS COMO IDEIA A PRIORI

O autor das *Meditações Metafísicas*² investiga a possibilidade da verdade da existência de Deus ser conhecida, através da certeza da verdade do conhecimento da essência divina. Como ver-se-á no trabalho a seguir, a proposição - Deus é ou existe - é verdadeira, clara e distintamente, mesmo que não se tenha, ainda, assegurado o conhecimento indubitável da verdade dos corpos exteriores - certeza que será obtida, após uma longa cadeia de exposições, apenas, na Sexta e última Meditação. Muitos críticos da certeza da verdade da prova ontológica da existência de Deus afirmam que Descartes (1596-1650) não pode provar a existência de um ser, ou de qualquer ser *in re*, partindo apenas da definição conceitual ou da ideia de perfeição, como Gaunilo (994-1083), Tomás de Aquino (1225-1274), Caterus (1590-1657), Hume (1711-1776), Kant (1724-1804) e Schelling (1775-1854).

Em nosso trabalho, primeiro far-se-á uma gênese do argumento ontológico na história da filosofia Ocidental, sobremaneira, apresentando o argumento formulado por Santo Anselmo (1033-1109), no século XI, e que, ainda, não encontrou uma refutação exaustiva (LANDIM FILHO, 2000). Em seguida, revisitar-se-á algumas das mais famosas críticas ao argumento como a de Tomás de Aquino, Caterus e Kant. Depois se apresentará o argumento da Quinta Meditação, mostrando como ele se estrutura e se desdobra na filosofia cartesiana, isto é, sua relação com a prova da existência de Deus como *causa sui*, a seguir, apresentar-se-á algumas das conquistas que ele traz para a fundamentação da metafísica cartesiana. À guisa de conclusão, são apresentadas algumas notas que ajudam a compreender o impacto do argumento ontológico, ainda em nossos dias, e suas derivações para a compreensão das essências³.

O ARGUMENTO ONTOLÓGICO NA HISTÓRIA DA FILOSOFIA

Antes de Descartes, Tomás de Aquino já não aceitara o argumento ontológico de Santo Anselmo. Este definia Deus como Algo maior do que o qual nada se pode conceber (ANSELMO, 2005). Sabe-se Santo Anselmo busca provar a existência de Deus, pois tenta compreender o que crê.

“o ser do qual não é possível pensar nada maior” não pode existir somente na inteligência. Se, pois, existisse apenas na inteligência, poder-se-ia pensar que há outro ser existente também na realidade; e que seria maior. Se, portanto, “o ser do qual não é possível pensar nada maior” existisse somente na inteligência, este mesmo ser, do qual não é possível pensar nada maior,

² As citações de Descartes estão baseadas na Edição de Charles Adam e Paul Tannery, que é a edição *stantard* da obra completa de Descartes. Foi editada pela primeira vez em 1897-1909 e reeditada em 1964-1974 pela Editora Vrin-CNRS e tem 11 Volumes. A obra aparece com a abreviação AT, A tradução seguida, neste artigo, é a *Descartes. Obras Escolhidas*. Discurso do Método. Meditações Metafísicas. Paixões da Alma. Cartas e as Segundas Objecções e Respostas como as Respostas às Quintas Objecções. **Os Pensadores**. 1987-1988. Tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Jr.

³ Para uma visão sinótica e mais completa do papel de Deus nas Meditações Metafísicas, pode-se consultar minha obra. Deus na Modernidade. Razão e Transcendência em Descartes. (Porto Alegre: Evangraf, 2011). Na obra, são analisadas, sistematicamente e criticamente, as 3 provas da existência de Deus de Descartes que ajudam a compreender este importante tópico da exegese do texto do pai da modernidade. À luz dos grandes interpretes do cartesianismo do século XX.

tornar-se-ia o ser do qual é possível, ao contrário, pensar algo maior: o que, certamente, é absurdo (ANSELMO, 2005, p. 137).

Santo Anselmo produz um argumento apriorístico, partindo da própria ideia de Deus, porém a fé fornece-lhe a ideia de Deus sobre a qual raciocinará. Não confunde fé e razão, mostrando uma confiança, quase, ilimitada na razão⁴. Esta realidade é a maior que se pode pensar, e, portanto, deve existir além da mente humana, porque se apenas existisse no pensamento e não na realidade, poder-se-ia pensar numa maior, também, existente na realidade “[...] Anselmo quer apresentar as razões da fé também para aquele que de imediato não é crente, quer tornar racionalmente aceitáveis as verdades e as razões da fé, prescindindo da fé da revelação” (TOMATIS, 2003, p. 11). Portanto, o Doutor Magnífico⁵ defende que é impossível pensar que não exista Deus, porque sua existência implica uma rigorosa e inexpugnável necessidade lógica.

J. Weinberg (1987, p. 72-73) justifica que a mistura da doutrina das formas com o princípio da causalidade é uma consequência da crença cristã em que a fonte dos atributos das coisas não pode ser distinta da crença de sua existência. Dessa maneira, no argumento ontológico do santo de Cantuária, há uma combinação entre o argumento, platônico para demonstrar a existência das formas com o argumento causal que prova a existência das coisas que sofrem mudanças no mundo sublunar. Já para o teólogo Karl Barth (1886-1968), “tudo o que a fórmula diz sobre este objeto é, no meu ver, esta única coisa, esta negativa: nada maior do que Ele pode ser imaginado; nada pode ser imaginado que em qualquer aspecto poderia ou iria excedê-lo”. (2012, p. 79).

Guérout, também, defende que esta determinação de graus de ser em função de uma hierarquia de noções fundadas sobre a desigualdade de suas dignidades conduzem à verdade da certeza da existência de um ser perfeito por si - como fora ensinado pela tradição de origem platônico-agostiniana - que tem em Santo Anselmo seu expoente (1953, p. 222). Todas essas concepções, num certo sentido, encontram-se, por conseguinte, explícita ou implicitamente em Santo Agostinho⁶, não obstante é em Santo Anselmo no qual se apresentam de uma maneira cristalina para quem: “Está claro, pois, que ele não apenas existe, mas que não pode não existir e que não pode ser pensado como não existente” (ANSELMO, 2005, p. 181).

Para Vasconcellos, “Anselmo não entende a razão como impedimento, nem como alternativa à fé, mas como outro meio de acesso ao conteúdo da revelação (...)”. (2014, p. 58). Tomás de Aquino, no entanto, objetava contra o argumento anselmiano sustentando que de uma simples ideia não se pode extrair uma existência real. Para este, é muito frágil a argumentação que busca de uma simples ideia imputar uma existência *in re*. Nas palavras do Aquinate:

4 “Num texto clássico, que se tornou rica fonte de especulação para a Idade Média, S. Paulo ensina que também os pagãos têm acesso a certos conhecimentos de Deus: “Pois, o que de Deus se pode conhecer, o que nele há de invisível, contempla-o a inteligência em suas obras desde a criação do mundo; o seu poder sempiterno e a sua divindade” (Rm 1, 19-2). Philotheus Boehner. História da Filosofia Cristã. p. 21.

5 Santo Anselmo é considerado fundador da teologia escolástica, assim a tradição cristã atribuiu-lhe o título de “Doutor Magnífico” porque foi magnífico seu esforço de aprofundar os mistérios divinos, por meio de de três etapas: a fé, como dom gratuito de Deus; a experiência ou encarnação da Palavra na vida diária; e o conhecimento ou intuição contemplativa.

6 “Como lembra Agostinho, a fé visa precisamente àquilo que não está presente à razão, isto é, ao que lhe é inatingível.” Philotheus Boehner. História da Filosofia Cristã. p. 451.

Mesmo que todos entendam pelo nome Deus algo acima do qual nada de maior se possa conceber, não é necessário que exista na realidade este algo acima do qual nada de maior se possa conceber. De fato, deve haver correspondência entre a coisa e o nome que a define. Contudo, daquilo que o espírito concebe quanto ao nome de Deus, só se pode concluir que Deus existe apenas na nossa mente. Por outro lado, não é menos necessário que o ser acima do qual nada de maior se possa conceber esteja na nossa mente. Pois bem, de tudo isso não se pode concluir que exista na natureza algo acima do qual nada de maior se possa conceber (...) Mas como não lhe podemos ver a essência, chegamos ao conhecimento do seu ser não por meio dele, mas por meio dos seus efeitos. (Suma contra os Gentios. I, XI, 2 e 4).

Contudo, pode-se chegar ao conhecimento de Deus para o Aquinate não apenas através da via da razão, pois nem todos possuem esse dom e, por isso, a fé através da Revelação faz seu papel de, outrossim, ser uma forma de se conhecer a Deus: Na Suma Teológica afirma: “No entanto, nada impede que aquilo que, por si, é demonstrável e compreensível, seja recebido como objeto de fé por aquele que não consegue apreender a demonstração”. (I, 2, 2, ad 1).

Essa prova passou para a história como o argumento ontológico⁷, expressão consagrada pela metafísica crítico-transcendental de Kant (1976, A 591/B 619) contra o argumento cartesiano. Para Kant, “o conceito de um ser absolutamente necessário é um conceito puro da razão, ou seja, uma simples ideia, cuja realidade objetiva está ainda longe de ser provada (...)”. (2005, p. 450). Santo Anselmo está adiantando um passo na crítica transcendental kantiana, pois tirar a existência de Deus do conceito é apenas uma necessidade de ordem lógica, do pensamento e não transcendental, isto é, de uma necessidade *de dicto* não se pode inferir uma necessidade *de re*. Mesmo que a ideia de um triângulo seja uma ideia perfeita, isto não implica que ela tenha uma existência no mundo exterior.

Deus é todo-poderoso, eis um juízo necessário. A onipotência não pode ser anulada, se puserdes uma divindade, isto é, um ser infinito a cujo conceito aquele predicado é idêntico. Todavia, se disserdes que Deus não é, então nem a onipotência nem qualquer dos seus predicados são dados. Porque todos foram suprimidos junto com o sujeito e não há nesse pensamento nenhuma contradição. (KANT, 2005, p. 452).

Ao passo que, para provar a existência de Deus, através da essência, o ex-aluno de La Flèche examina o conhecimento dos possíveis atributos de Deus e da própria natureza do espírito finito “*de essentia rerum materialium et iterum de Deo quod exista*”. (DESCARTES, AT, IX, p. 63). Assim, para provar a verdade justificada da existência de Deus são examinadas apenas as ideias que o ser finito possui em sua mente e analisadas quais são confusas e obscuras e quais são claras e distintas; pois, quando Descartes trabalha no argumento ontológico já está de posse dos critérios necessários, para distinguir não só as ideias verdadeiras das falsas, mas, também, como deve proceder, para evitar os juízos falsos sobre a realidade.

As ideias matemáticas apresentam uma clareza e uma distinção que proporcionam um conhecimento verdadeiro que dá a impressão de que elas não são algo de novo à mente finito que conhece.

7 Segundo Marion, o termo ontologia, no entanto, surge na história da filosofia por volta de 600 anos depois de Santo Anselmo. Assim, pode-se afirmar que seu argumento foi, perfeitamente, compreendido, por um longo período, como uma demonstração que não fazia uso, propriamente, da ontologia enquanto tal. 1992, p. 202).

Quando começa a pesquisar as verdades da matemática parece que se recorda de algo que já se sabe, “*jam ante caibam remanesce*”⁸ (AT, IX, p. 64), anteriormente. Descartes expressa:

Como, por exemplo, imagino um triângulo, ainda que não haja talvez em nenhum lugar do mundo, fora de meu pensamento, uma tal figura, e que nunca tenha havido alguma, não deixa, entretanto, de haver uma certa natureza ou forma, ou essência determinada, dessa figura, a qual é imutável e eterna, que eu não inventei absolutamente e que não depende, de maneira alguma, de meu espírito. (AT, IX, p. 51).

Pode-se demonstrar diversas propriedades do triângulo, ou seja, que os três ângulos são iguais a dois retos “*tres anguli sint aequales duobus rectis*”⁹ (DESCARTES, AT, IX, p. 64, l. 3) ou que o maior ângulo é oposto ao maior lado e outras propriedades semelhantes. Essas propriedades, contudo, mesmo que sejam pensadas pela primeira vez não podem ser consideradas como algo inventado ou concebido como uma propriedade subjetiva da mente finita. Elas são concebidas com uma clareza e distinção muito fortes, portanto são verdadeiras e a mente humana diante delas não pode asserir, senão verdadeiramente.

Entretanto, pode-se objetar que esta ideia tenha vindo à mente finita por intermédio dos sentidos, porque nos foram apresentados, algumas vezes, corpos de figuras triangulares, que não podem apresentar dúvida de que jamais caíram sob os sentidos. Para Guenancia, Descartes não esperou a revolução crítica para saber que não se deduz a existência do pensar, salvo para a existência de Deus, que é a única necessária e difere assim, totalmente, da existência das coisas finitas e contingentes. (1986, p. 106)

Assim, como tudo o que é concebido, evidentemente, é verdadeiro e o que é verdadeiro tem uma existência “*omne quod verum est esse*”¹⁰ (DESCARTES, AT, IX, p. 65) e esta não pode ser negada às ideias claras e distintas, então são verdadeiras as propriedades dos triângulos e outras que apreendemos. Descartes defende que

E, conquanto não o tivesse demonstrado, todavia a natureza de meu espírito é tal que não me poderia impedir de julgá-las verdadeiras, enquanto as concebo clara e distintamente. E me recordo de que, mesmo quando estava ainda fortemente ligado aos objetos dos sentidos, tivera entre as mais constantes verdades aquelas que eu concebia clara e distintamente no que diz respeito às figuras, aos números e às outras coisas que pertencem à Aritmética e à Geometria. (AT, IX, p. 52).

Se do fato de que se pode deduzir de nosso pensamento a ideia de alguma coisa, segue-se que tudo quanto “*clare & distincte percepio*”¹¹ (AT, IX, p. 65) nesta coisa pertence-lhe *in re*. Assim, não se pode utilizar este raciocínio, a fim de mostrar a verdade da existência de Deus? Porquanto, com as descobertas e conquistas das verdades metafísicas da Terceira Meditação, sabe-se que, com certeza, possui-se a ideia de um ser soberanamente perfeito como, também, a ideia de todas as figuras finitas ou a ideia dos números. Pode-se, num certo sentido, dizer que a as provas da existência de Deus da Terceira Meditação, ademais, à luz de filosofias materialistas e realistas é uma prova da existência ontológica,

8 “recordo de algo que já sabia anteriormente”. (AT, IX, p. 64, l. 3).

9 “os três ângulos são iguais a dois retos”. (AT, IX, p. 64).

10 “tudo que é verdadeiro existe”. (AT, IX, p. 65).

11 “percebo clara e distintamente”. (AT, IX, p. 65).

pois “toda realidade ou perfeição que existe numa coisa encontra-se formal, ou eminentemente, na sua causa primeira e total”. (AT, IX, p. 128)¹².

Assim, não se conhece menos clara e distintamente que a existência atual e eterna pertence à sua natureza do que se conhece que tudo aquilo que se pode demonstrar de uma figura ou de qualquer número pertence, verdadeiramente, à natureza desta figura ou deste número. Para Scribano, “é a essência do triângulo que obriga a pensar a equivalência dos seus três ângulos internos a dois retos, assim como é a essência de Deus que obriga a pensá-lo existente”. (2007, p. 135).

Mesmo que tudo o que as *Meditações Metafísicas* anteriores apresentaram fosse falso, a existência de Deus deve apresentar-se na mente do ser finito, ao menos, tão certa quanto foram consideradas, até agora, todas as verdades da matemática que se referem apenas aos números e às figuras. Essa dedução não é das mais fáceis e exige uma mente que saiba distinguir, corretamente, as coisas que são da natureza da mente humana daquelas que são de natureza sensível.

Pensando a respeito das realidades que existem no mundo exterior, facilmente, é se habituado a fazer distinção entre a essência e a existência das coisas. Pode-se, erradamente, estar persuadidos de que conhecendo a ideia de Deus, pode-se fazer uma separação entre essência e existência, ou seja, pensar separadamente o que é Deus na sua definição e depois pensá-lo como existente. Porém, Descartes adverte

Mas, não obstante, quando penso nisso com maior atenção, verifico claramente que a existência não pode ser separada da essência de Deus, tanto quanto da essência de um triângulo retilíneo não pode ser separada a grandeza de seus três ângulos iguais a dois retos ou, da ideia de uma montanha, a ideia de um vale. (DESCARTES, AT, IX, p. 52).

Apesar de se poder conceber um Deus sem existência, tanto quanto uma montanha sem vale, contudo do simples fato de se conceber uma montanha com vale não implica que haja qualquer montanha no mundo exterior. Nosso pensamento pode impor necessidade às coisas, enquanto entes mentais ou ideias. Porém, na ideia de Deus há uma ligação necessária entre essência e existência que se impõe à nossa mente. Para Guérout (1953, p. 351), a prova *a priori* da existência de Deus busca tornar o conhecimento de Deus menos lógico e mais intuitivo. Na Quinta Meditação, Deus não é mais provado como resultado de um longa cadeia de razões de deduções, mas se tem a certeza da verdade da sua existência através da intuição da ideia de perfeição que implica a existência, isto é, ao mesmo instante que nossa mente concebe o infinito perfeito concebe, implícita e necessariamente, a ideia de sua existência.

A necessidade da própria ideia da existência de Deus determina o pensamento a concebê-la dessa maneira. Não está em nossa liberdade¹³ conceber um Deus sem existência, ou seja, um ser soberanamente

12 Para se compreender as provas da existência de Deus da Terceira Meditação faz-se necessário entender os conceitos de realidade objetiva, realidade formal e realidade eminente. As mesmas coisas são ditas estarem formalmente nos objetos das ideias, quando estão neles tais como as concebemos; e são ditas estarem neles eminentemente, quando, na verdade, não estão aí, como tais, mas são tão grandes, que podem suprir essa carência com a excelência delas. (AT, IX, p. 125). Sabe-se que estas definições cartesianas estão envoltas em grandes disputas semânticas e hermenêuticas, mas para os fins deste trabalho vale apenas atentar o leitor destas filigranas e sugerir a leitura da obra de LANDIM FILHO, Raul. **LANDIM**, Raul. *Evidência e Verdade no Sistema Cartesiano*. São Paulo: Loyola, 1992.

13 Para um estudo atualizado do conceito de liberdade na obra de Descartes ver **BEYSSADE**, Michele. *Descartes's doctrine*

perfeito sem uma soberana perfeição, como se pode imaginar um cavalo com asas ou sem asas. Como uma ideia que tem uma força dada pela sua clareza e evidência não há como a mente humana não assentir que a existência esteja junto ou que não é possível dissociar, ontologicamente, essência e existência em Deus. Agora, passar-se-á a analisar a relação entre a prova ontológicas ou das essências e a concepção de um Deus causa sui.

A PROVA ONTOLÓGICA E A CAUSA SUI

Todas as vezes que se pensa em um ser primeiro e soberano é necessário que se lhe atribua todas as espécies de perfeições, embora não se possa enumerá-las todas e aplicar nossa atenção a cada uma delas em particular. Esta necessidade basta, para concluir, depois que se reconhece a existência como uma perfeição, e que este ser primeiro e soberano existe verdadeiramente. Para Descartes, a ideia de Deus implica,

Pois, com efeito, reconheço de muitas maneiras que esta ideia não é de modo algum algo fingido ou inventado, que dependa somente de meu pensamento, mas que é a imagem de uma natureza verdadeira e imutável. Primeiramente, porque eu nada poderia conceber, exceto Deus só, a cuja essência a existência pertence com necessidade. (AT, IX, p. 54).

Não é possível conceber dois ou muitos deuses da mesma forma. Se se pudesse conceber outros deus, este seria imperfeito e finito, o que é uma grande contradição com sua perfeição e infinitude. Assim, Sabe-se que há um Deus: eternamente é necessário que ele tenha existido anteriormente e que exista eternamente para o futuro. Conhece-se uma infinidade de outras coisas em Deus das quais nada se pode diminuir, nem mudar. Portanto, o desenvolvimento de tal metafísica obtém outros efeitos que aqueles das construções abstratas anteriores. (VALERY, 1952, p. 24).

Para J. Cottingham (1989), há um equívoco ou uma confusão na junção que Descartes utiliza dos termos necessário e eterno porque é, de fato, verdade que um ser existente, temporariamente, que acaba de vir para a existência ou que perece a qualquer momento não poderia ser o mais perfeito que poderíamos, verdadeiramente, conhecer. Mas, isto não implica que tal ser possua existência necessária no sentido lógico, que é uma contradição negar que este ser exista. O tomista Caterus segue a mesma linha argumentativa na sua objeção contra o argumento ontológico. Para o autor das Primeiras Objeções, mesmo que se aceite que um ser supremamente perfeito tem, implicitamente, existência em função de seu conceito, isso não acarreta que a existência em questão, exista, realmente, no mundo. Tudo o que se pode concluir, seguramente, é apenas que o conceito de existência está, inseparavelmente, ligado ao conceito de ser supremo. (DESCARTES, AT, VII, p. 99).

Se nossa mente não estivesse tomado de falsos prejuízos e se nosso pensamento não se encontrasse distraído pela presença contínua das imagens das coisas sensíveis, não haveria coisa alguma

of Freedom: differences between the French and Latim Texts of Fourth Meditation. IN: **COTTINGHAM**, John. *Reason, Will & Sensation*. A autora defende que as divergentes concepções de liberdade originadas das duas definições de vontade livre não resultam, simplesmente, da visão do tradutor, mas representam uma evolução na compreensão de liberdade de Descartes. Para mais sobre estes conceitos, principalmente - o de liberdade -, ver: COTTINGHAM, John. *Dicionário Descartes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

que se poderia conhecer mais, facilmente, do que a verdade da proposição: Deus existe. Nenhuma ideia é mais clara e manifesta do que a ideia da certeza da verdade da existência de Deus. Quando se pensa no conhecimento da existência de um ser soberano e perfeito, necessariamente, e somente nela, a existência necessária ou eterna está incluída. Agora, pode-se concluir que a diferença entre a essência de Deus e as essências matemáticas é que só Deus pode garantir o conhecimento verdadeiro das realidades da Aritmética e da Geometria. Descartes está bem ciente de que o nada ou realidades que não existem não podem derivar ou fundamentar nada de seguro, pois não se pode tomar “o que nada é como se fosse alguma coisa” (AT, IX, 34), mas o filósofo está tomando o pensamento ou a ideia como uma realidade. Para ter existência formal não precisa, exclusivamente, existir *in re*, mas pode existir como realidade no pensamento.

Para Gouhier (1962, p. 144-45), a prova ontológica não faz intervir uma relação de causalidade, porque ela invoca as relações que a geometria coloca em evidência e não implica nenhuma consideração da causa eficiente. No itinerário que reproduz a ordem da descoberta, - e não se pode perder de vista que Descartes é um filósofo que pensa por *ordo*, seja pela via analítica ou pela via sintética - a prova ontológica foi descoberta na etapa na qual a metafísica desce de Deus em direção ao mundo e reencontra a extensão que é, de uma vez só, o objeto do geômetra e a matéria do físico.

O conhecimento da existência de Deus torna-se condição não apenas necessária, mas é, também, condição suficiente, a fim de que se possa ter um conhecimento científico, está-se, aqui diante do Deus que garante a verdade. Sem a certeza da existência de Deus, não há como instaurar a ciência, pois ter-se-ia apenas opiniões vagas e instáveis. A clareza e distinção que são os critérios de reconhecimento da verdade permitem apenas a certeza da intuição presente. “Mas se a nossa mente descobre na ideia de Deus uma conexão necessária entre essência e existência, então se nos revela, por isso mesmo, uma verdade primeira [...]”. (HIRSCHBERGER, 1966. p. 92).

Assim, está-se diante de uma ideia simples e a concebendo com clareza e distinção, e não se pode negá-la. Entretanto, os raciocínios ou juízos, muitas vezes, são complexos e necessitam da verdade de certas premissas. Como se sabe que o que foi concebido no momento anterior está garantido como verdadeiro e pode assegurar a verdade da proposição que depende da primeira verdade? Descartes responde:

No entanto, já sou também de tal natureza que não posso manter sempre o espírito ligado a uma mesma coisa, e que amiúde me recordo de ter julgado uma coisa verdadeira, quando deixo de considerar as razões que me obrigaram a julgá-la dessa maneira, pode acontecer que nesse ínterim outras razões se me apresentem, as quais me fariam facilmente mudar de opinião se eu ignorasse que há um Deus. (AT, IX, p. 54).

Sem a certeza da verdade da existência de Deus, a possibilidade de se fazer ciência, isto é, da verdade justificada, desapareceria; pois não há como garantir o reconhecimento de todas as verdades. Para se fazer ciência, é necessário que haja um Deus garantidor da verdade, que seja avalista dos juízos claros e distintos (*omnis scientiae certitudinem & veritatem ab una veri Dei cogitatione*)¹⁴. (DESCARTES, AT, IX, p. 71). A certeza da verdade da existência de Deus assegura que se pode fazer ciência e avançar nas descobertas científicas: tanto no mundo das essências, como no mundo dos corpos exteriores.

¹⁴ “a certeza e a verdade de toda ciência dependem do tão-só conhecimento do verdadeiro Deus”. (DESCARTES, AT, IX, p. 71).

A ideia de Deus como avalista da verdade pode ser expressa no seguinte exemplo. Quando se considera a natureza de um triângulo se conhece com evidência que seus três ângulos são iguais a dois retos e não se pode pensar de outra forma, quando se aplica nosso espírito a isso. (PASCAL, 1990, p. 29). Porém, se não há garantia da existência de Deus, pode-se, facilmente, duvidar dessa verdade, tão logo que se deixe de pensar nela; pois se pode estar persuadidos de termos sido produzidos pela natureza de tal forma que nos enganemos mesmo nas coisas concebidas com mais evidência e certeza.

Depois de reconhecido a certeza da verdade do conhecimento - Deus existe - e de que todas as coisas dependem dele e que Deus não é enganador, pode-se afirmar, certamente, que tudo que é concebido, clara e distintamente, não pode ser outra característica lógica e epistemológica; senão a verdade. Apesar de que não se pense mais nas razões pelas quais se aceita tal proposição ou juízo como verdadeiro, desde que se lembre de tê-la apreendido clara e distintamente, não há razão que possa abalar a crença de que ela é verdadeira, ou seja, de que é imune a qualquer tipo de dúvida. Para o Pai da Modernidade,

E esta mesma ciência também a todas as outras coisas que me lembro ter outrora demonstrado, como as verdades da Geometria e outras semelhantes: pois, que me poderão objetar, para obrigar-me a colocá-las em dúvida? Dir-me-ão que minha natureza é tal que sou muito sujeito a enganar-me? Mas, já sei que me não posso enganar nos juízos cujas razões conheço claramente. (AT, IX, p. 56).

Em Descartes, o conhecimento da certeza da verdade da existência de Deus não é invocado, para garantir a memória ou fundamentar, antes de tudo, a lembrança da evidência, porém seu objetivo é garantir a evidência presente de tal modo que ela possa perdurar no tempo e não ser mais afetada por nenhum tipo de dúvida, mesmo a dúvida da existência de um gênio maligno¹⁵.

As próprias essências matemáticas têm, antes da prova da veracidade divina, uma fraqueza essencial - a de que elas podem ser fruto de um pensamento pervertido pelos caprichos do gênio maligno. Além disso, referem-se a grandezas, à extensão que não se sabe, ainda, se existem ou não no mundo extramental. O “*cogito*” faz da fraqueza, força, isto é, transforma a dúvida na primeira certeza verdadeira, que como viu-se, é a certeza do pensamento que duvida. Talvez, não exista na obra de Descartes palavra que exprima a condição humana com mais profundidade do que esta: o *cogito* é o *dubito*; pois ao cabo das elaborações da dúvida metódica tem a existência, enquanto pensamento. (TEIXEIRA, 1980, p. 74).

A partir da certeza das verdades matemáticas, a metafísica cartesiana abre a possibilidade para a ciência dos corpos exteriores, se estes existirem, e existem como será provado na Sexta Meditação, abrindo espaço para as disciplinas como a física e a medicina. A prova do conhecimento certo e verdadeiro da existência de Deus, extraída apenas da sua ideia, foi e continua a ser uma dessas experiências

¹⁵ Ver a Primeira Meditação de Descartes que trata sobre a hipótese do Gênio Maligno. Para mais estudos ver: FORLIN, Eneias. O papel da dúvida metafísica no processo de constituição do cogito. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2004. “Em suma, a dúvida metódica é uma dúvida hiperbólica que opera sistematicamente de modo radical e universalizante. Mas, ao operar assim, de modo universalizante, a dúvida hiperbólica encontra seu limite. Nas sucessivas etapas de generalização, a dúvida natural vai enfraquecendo até, por fim, desaparecer: as instituições atuais da matemática, enquanto fato, são inquestionáveis. Ora, se inicialmente a dúvida hiperbólica consiste num exagero da dúvida natural pela aplicação da dúvida lógica, então, nas ideias matemáticas, onde desaparece a dúvida natural, a dúvida hiperbólica tentaria dissolver-se. (p. 22)

metafísicas de que se pode dizer: tem um toque de eternidade, porque atingem o termo final de um dos caminhos que o espírito humano pode seguir. (Gilson, 1998).

À GUIA DE CONCLUSÃO

O conceito cartesiano de existência de Deus a partir da ideia da perfeição divina mostra-se um desafio muito difícil de ser refutado em que pese o quase X séculos de sua existência na história da filosofia Ocidental. Embora haja as críticas feitas pelos autores durante séculos, não há uma refutação consistente e acabada lógica e epistemologicamente; pois quase todas parecem não compreender o que Descartes está querendo dizer. Porquanto, em nenhum momento, Descartes diz que é possível aplicar força a do argumento para provar a existência de uma ilha perdida ou de cem moedas ou qualquer outra coisa que seja. O autor das Meditações é bem claro a necessidade lógica implicada na essência da qual se infere a existência diz respeito apenas há uma ideia - e friso de novo - apenas a ideia de Deus.

A única perfeição que existe da qual é possível extrair a necessidade da existência a partir do conceito de sua essência é a perfeição divina. Das outras realidades de origem sensível, ou finitas e sujeitas aos devires da existência contingente e temporal não é possível atribuir, logicamente, a existência *in re*. Assim, fica bem claro que a existência divina é de uma natureza e essência *sui generis*, isto é, só dela, isto é, de seu predicado de perfeição infere-se, necessariamente, a existência.

Um das dificuldades de se entender Descartes, e parece que seus críticos, não o fizeram à altura de suas ideias e de sua concepção de mundo e isto tem sua gênese já na própria estrutura deficitária da compreensão do pensamento de Santo Anselmo feita pelos tomistas. O conceito de existência em Descartes sofre uma ressignificação, isto é, a existência, agora, passa a ter o sentido de ideia, também, de pensamento, enquanto entidade que está na mente humana. Aquilo que o senso comum o a tradição aristotélico-tomista denominava de imaterial, abstrato, agora, passa a ter “consistência real”. Assim, o que era inimaginável e inconcebível para a tradição realista-tomista: o pensamento ou as ideias ganham um *status* de realidade formal e objetiva onde a partir delas é possível e permitido construir uma justificação da verdade das essências do mundo e, ademais, comprovar, com clareza e distinção, a existência das realidades dos corpos externos.

Descartes não está interessado, seguindo seu método e sua ordem de pensar que, para ele, é o método da verdade e da certeza, se a certeza da existência *in re* é primeira certeza como se tinha no paradigma filosófico antigo-medieval. O que, agora, é a novidade da metafísica cartesiana e terá uma influência pelos séculos vindouros de reflexão filosófica é que as ideias têm uma realidade formal e objetiva enquanto ideias e isto lhe permite tirar as conclusões que lhes leva a provar a existência de Deus tanto na Terceira Meditação como na Quinta Meditação da sua obra-prima. Pode-se perguntar por que Descartes que já provara a existência de Deus na Terceira Meditação (por meio de uma ou duas provas da existência de Deus?), ainda, precisa do conhecimento metafísico de uma nova prova da existência de Deus, na mesma meditação - a Quinta - na qual analisa-se acerca da realidade das essências? O que a(s) prova(s) da Terceira tem de incompleto e parcial que precisa ser socorrida e auxiliada pelo conhecimento de prova da existência de Deus fundamentada na certeza das verdades das essências? Bom, isso é tema e desafio para outro artigo nosso, nesta temática que, certamente, continuará a nutrir muitos debates

acadêmicos e a instigar e a desafiar as próximas gerações do estudiosos da obra deste pensador que é considerado Pai da Modernidade Filosófica.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, Thomás. **Suma Teológica**. Vol. I. Porto Alegre: EST-Sulinas-UCS, 1980.
- AQUINO, Thomás. **Suma contra os Gentios**. Porto Alegre: EST-Sulinas-UCS, 1990.
- ANSELMO. **Proslógio**. In: Os pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 2005.
- BARTH, Karl. **Fé em busca de compreensão**. São Paulo: Fonte Editorial, 2012.
- BEYSSADE, Michelle. Descartes's doctrine of Freedom: Differences between the French and Latin texts of Fourth Meditation. IN: COTTINGHAM, John. **Reason, Will & Sensation**. Oxford: Oxford Press, 1999.
- BIASOLI, Luís Fernando. **Deus na Modernidade. Razão e Transcendência em Descartes**. Evangraf: Porto Alegre, 2011.
- COTTINGHAM, John. **Dicionário Descartes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- COTTINGHAM, John. **A Filosofia de Descartes**. Lisboa: Lisboa 70, 1989.
- DESCARTES, René. **Oeuvres de Descartes**; publiées par Charles Adam e Paul Tannery. Paris: Vrin/CNRC, 1971-1974, 13 v.
- DESCARTES, René. **Discurso do Método; As paixões da Alma; Meditações; Objeções e Respostas; Cartas**. Introdução de Gilles-Gaston Granger; Prefácio e Notas de Gérard Lebrun; Tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. 4 ed. São Paulo: Nova Cultural (Coleção Os Pensadores), 1987-1988, 2 v.
- FORLIN, Eneias. **O papel da dúvida metafísica no processo de constituição do cogito**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2004
- GILSON, Etienne. **A filosofia na Idade Média**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- GOUHIER, Henri. **La pensée métaphysique de Descartes**. Paris: Librairie J. Vrin, 1962.
- GUENANCIA, Pierre. **Descartes**. Paris: Bordas, 1986.
- GUÉROULT, Martial. **Descartes selon l'ordre des raisons**. Paris: Aubier/Montaigne, 1953. 2 v.
- HIRSCHBERGER, J. **História da filosofia na Idade Média**. São Paulo: Herder, 1966
- KANT, I. **Critique de la Raison Pure**. Tradução de José Barni. Paris: Garnier Flammarion, 1976.
- KANT, I. **Crítica da Razão Pura**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2005
- LANDIM, Raul. **Evidência e Verdade no Sistema Cartesiano**. São Paulo: Loyola, 1992.

LANDIM, Raul. LANDIM FILHO, Raul. Argumento ontológico: a prova a priori da existência de Deus na filosofia primeira de Descartes. **Discurso**, São Paulo, n. 31, p. 115-55, 2000.

MARION, Jean-Luc. Is the ontological argument ontological? The argument according to Anselm and its metaphysical interpretation according to Kant. In: **Journal of the History of Philosophy**, v. 30, n. 2, 1992, p. 201- 208.

PASCAL, George. **Descartes**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

PHILOTHEUS BOEHNER, Etienne Gilson. **História da Filosofia Cristã, Desde as Origens até Nicolau de Cusa**. 7. ed. Trad. Raimundo Vier. Rio de Janeiro: VOZES, 2000.

SCRIBANO, Emanuela. **Guia para leitura das Meditações metafísicas de Descartes**. Trad. Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Loyola, 2007.

TEIXEIRA, Lívio. **Ensaio sobre a moral de Descartes**. São Paulo: Brasiliense, 1980. TOMATIS, Francesco. **O argumento ontológico: a existência de Deus de Anselmo a Schelling**. São Paulo: Paulus, 2003

VALÉRY, Paul. **O pensamento vivo de Descartes**. São Paulo: Martins, 1952.

VASCONCELLOS, Manoel. **Filosofia Medieval: Uma Breve Introdução**. São Paulo: NEPFIL, online, 2014: (Série Dissertatio-Incipientis).

WEINBERG, Julius. **Breve Historia de la Filosofia Medieval**. Madrid: Cátedra, 1987.